

# Foucault e o grupo fourierista *La Phalange* *Foucault and the fourierist group La Phalange*

**Priscila Piazzentini Vieira**

Professora Adjunta do Departamento de História da UFPR e pós-doutoranda no IFCH da Unicamp. Contato: priscilav@gmail.com.

## **RESUMO:**

Este artigo discute o destaque que Foucault reserva ao grupo fourierista *La Phalange*, em seu livro *Vigiar e Punir*. Ele presta atenção às táticas diferenciadas de luta política que os partidários de Fourier empreendiam, principalmente no que diz respeito à crítica ao acoplamento entre o delinquente e a delinquência e a descrição de Paris como uma cidade carcerária. Para o olhar genealógico de Foucault, o jornal *La Phalange*, tanto na análise da fala de uma criança diante de um tribunal, quanto ao divulgar um texto anônimo, entende o funcionamento da sociedade disciplinar por meio das relações de forças. Além disso, o texto explicita ressonâncias entre a escrita de *Vigiar e Punir* e a própria militância de Foucault em seu Grupo de Informações sobre as Prisões, o GIP, formado em 1971.

Palavras-chave: Foucault, *Vigiar e Punir*, *La Phalange*, militância política.

## **ABSTRACT:**

*This article discusses the highlight that Foucault gives to the Fourierist group La Phalange, in his book Discipline and Punish. He notes the singular tactics of political struggle undertaken by Fourier's supporters, especially the critical association between the delinquent and the delinquency and the description of Paris as a carceral city. According to Foucault's genealogical approach the newspaper La Phalange - in analysis of a child speech before a tribunal and in the disclosing an anonymous text - understands the functioning of the disciplinary society through the relationships of forces. In addition, the text shows resonances between the writing of Discipline and Punish and Foucault's activism in his Prisons Information Group, the GIP, formed in 1971.*

*Keywords: Foucault, Discipline and Punish, La Phalange, militancy.*

VIEIRA, Priscila Piazzentini (2016). Foucault e o grupo fourierista *La Phalange*. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 14, jan-abr, pp. 28-46.

Recebido em 3 de março de 2016. Confirmado para publicação em 11 de abril de 2016.

Michel Foucault finaliza *Vigiar e Punir* com a análise de um texto anônimo, publicado no jornal *La Phalange*, em 1836. Esse jornal, ligado ao socialista Charles Fourier, circulou na França entre 1836 e 1849. Foi criado e dirigido pelo também socialista Victor Considerant. Essa publicação criticava fortemente os ideais burgueses reinantes no século XIX. Nesse sentido, Fourier elabora uma proposta para transformar as relações sociais em reação ao mundo urbano-industrial que nascia nesse período. Ele defende a necessidade de satisfazer as paixões humanas, e seu plano de reorganização social, então, liga-se a uma filosofia do desejo. Para ele, não é em termos da economia propriamente dita que deve ser apreendido o esforço técnico da indústria ou da agricultura. É pelo princípio da atração e pelos mecanismos das paixões que os homens e as coisas vão se comunicar.

Quanto ao texto anônimo, ele descreve a planta da cidade de Paris da seguinte maneira:

Moralistas, filósofos, legisladores, e todos os que gabais a civilização, aí tendes a planta de vossa cidade de Paris bem ordenada: planta aperfeiçoada, onde todas as coisas semelhantes estão reunidas. No centro, e num primeiro círculo: hospitais para todas as doenças, asilos para todas misérias, hospícios, prisões, locais de trabalhos forçados de homens, de mulheres e de crianças. Em torno do primeiro círculo, quartéis, tribunais, delegacias de polícia, moradia dos beleguins, local dos cadafalsos, habitação do carrasco e de seus ajudantes. Nos quatro cantos, câmara dos deputados, câmara dos pares, Instituto e Palácio do Rei. Fora, o que alimenta o círculo central, o comércio com suas fraudes e bancarrotas; a indústria e suas lutas furiosas; a imprensa e seus sofismas; as casas de jogo; a prostituição; o povo que morre de fome ou chafurda na orgia, sempre atento à voz do Gênio das Revoluções; os ricos sem coração... enfim, a guerra encarniçada de todos contra todos (Foucault, 2005a: 253).

Foucault segue os passos do texto anônimo na caracterização da cidade de Paris, mostrando como são descritos alguns dos princípios

mais importantes da cidade carcerária, no século XIX. Primeiramente, ele observa que o texto de *La Phalange* mostra que não há, no coração da cidade, o “centro do poder” ou um núcleo de forças, mas uma rede múltipla de elementos diversos, com muros, espaços, instituições (como os hospitais, os asilos, os hospícios e as prisões), regras e discursos. Esse modelo da cidade carcerária, assim, não é o corpo do rei, como no suplício do Antigo Regime, no qual os poderes emanam do monarca, tampouco é a reunião contratual das vontades de onde nasceria um corpo, ao mesmo tempo individual e coletivo, ao modo dos reformadores penais do século XVIII. A cidade carcerária é uma repartição estratégica de elementos de diferentes naturezas e níveis.

Além disso, Foucault ressalta que o texto anônimo expressa claramente que a prisão não é filha das leis, nem dos códigos e do aparelho judiciário e, por isso, não está subordinada ao tribunal. Ao contrário, é o tribunal que é externo e subordinado à prisão. Ela, ainda, está ligada a outros dispositivos “carcerários”, novamente os hospitais, os asilos e os hospícios, que parecem bem diversos, pois estão destinados a aliviar, a curar e a socorrer, mas todos tendem a exercer um poder de normalização. Esses dispositivos também não estão em continuidade com uma lei “central”, a partir da qual todas as transgressões seriam punidas, mas estão organizados em torno do aparelho de produção, como o comércio e a indústria. Juntamente com esse aparelho, ainda, funciona toda uma multiplicidade de ilegalidades (como as fraudes e a prostituição, por exemplo), com sua diversidade de natureza e de origem, seu papel específico no lucro, e o destino diferente que lhes é dado pelos mecanismos punitivos.

Para finalizar, e essa é uma das características mais relevantes, o que preside a todos esses mecanismos não é o funcionamento unitário de um aparelho ou de uma instituição, mas a necessidade de um combate e as regras de uma estratégia, ou seja, como o próprio texto anônimo

diz: “a guerra encarniçada de todos contra todos”. É por isso que as noções de instituição, de repressão, de eliminação, de exclusão e de marginalização não são adequadas para descrever, no centro da cidade carcerária, a formação dos procedimentos, das técnicas e das “ciências” que permitem a fabricação do indivíduo disciplinar. Foucault conclui:

Nesta humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha (Foucault, 2005a: 254).

Ele ouve “o ronco surdo da batalha” quando descreve a organização da cidade carcerária, assim como o correspondente de *La Phalange* constata “a guerra encarniçada de todos contra todos”. Sobre esse “diagnóstico” são necessárias três observações: primeiramente, ele pode ser diretamente relacionado à seguinte afirmação do início de *Vigiar e Punir* sobre a “microfísica do poder”: “que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio” (Ibidem: 26). Além disso, a maneira como esse diagnóstico é construído também tem a ver com a sua concepção específica de História, a genealogia: “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (Foucault, 2005b: 28).

Finalmente, o destaque especial dado por Foucault à descrição da cidade de Paris, publicada pelo jornal *La Phalange*, dentre as muitas outras que poderiam ser encontradas no mesmo período. O modo de descrever a cidade carcerária do texto de *La Phalange* chama a atenção de Foucault porque privilegia um mapa das relações de poder da cidade de Paris a partir da guerra, e não do contrato ou de um poder centralizador. Devemos lembrar que o próprio Foucault faz da guerra um modelo para entender não somente as relações de poder, mas também a história.

Percebo essa escolha pelo grupo fourierista também por uma das propostas da genealogia: a “insurreição dos ‘saberes sujeitados’” (Foucault, 1999: 11). Primeiramente, os saberes sujeitados podem ser designados como os conteúdos históricos que foram sepultados e mascarados em sistematizações formais. Por “saberes sujeitados”, ainda, Foucault entende outra coisa: uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não-conceituais, insuficientemente elaborados, ingênuos, hierarquicamente inferiores e que estavam abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade esperada. Há o reaparecimento, dessa maneira, desses saberes denominados como “de baixo”, exatamente por serem desqualificados. Foi assim, por esse olhar genealógico, que ele enxergou um determinado posicionamento político pouco celebrado na época em que escreveu *Vigiar e Punir*. Tanto os “partidários de Fourier”, quanto os próprios anarquistas chamaram a atenção de Foucault. Esses grupos foram muitas vezes deixados de lado pelas reflexões tradicionais do campo da esquerda, que sempre se ocupou com o resgate das resistências organizadas e com os seus mais ilustres personagens. Para o genealogista, assim, é imprescindível buscar os “saberes sujeitados”, que foram enterrados por uma História que tem na pacificação seu pressuposto – e foi esse o caso do destaque dado ao grupo inspirado em Fourier.

Além disso, esse grupo também ganhou visibilidade no livro de Foucault quando este estudou a tática política de produção da delinquência e de diferenciação das ilegalidades populares no século XIX. Foucault, entretanto, não toma essa produção da delinquência e todo o seu investimento pelo aparelho penal como um resultado definitivo e cristalizado. Ao contrário, seguindo a genealogia, ele entende esse contexto a partir de táticas que se deslocam sempre. O controle das ilegalidades pela diferenciação da delinquência e do delinquente, desse modo, nunca atingiu inteiramente seu objetivo. Isso porque o movimento

da história deve ser compreendido a partir das lutas, dos conflitos, das reapropriações e da reversão das relações de forças. Enfim, seguindo as reflexões de Deleuze<sup>1</sup>, o diagrama disciplinar é entendido por Foucault através da guerra e de suas relações de poder instáveis, assim como o diagrama da soberania. Nesse sentido, o corte entre a delinquência e as demais ilegalidades, e os efeitos da colonização das últimas pela primeira não foram aceitos de forma pacífica. Diversamente, eles:

(...) não cessaram (...) de encontrar resistências; suscitaram lutas e provocaram reações. Erguer a barreira que deveria separar os delinquentes de todas as camadas populares de que saíam e com as quais permaneciam ligados era uma tarefa difícil, principalmente sem dúvida nos meios urbanos. Demorou muito tempo e exigiu obstinação (Foucault, 2005a: 237).

Para esse intuito, foram utilizadas táticas das mais diversas para separar a delinquência das outras ilegalidades. Uma delas foi a “moralização” das classes pobres, tentando fazê-las aprender as regras elementares da propriedade e da poupança, treinando-as para a docilidade no trabalho e para a estabilidade da habitação da família.<sup>2</sup> Também era muito comum, para alimentar a hostilidade dos meios populares contra os delinquentes, a utilização dos antigos detentos como furadores de greve. Era, além disso, muito frequente que as ações operárias fossem acusadas de serem manipuladas por criminosos. Essas táticas são, ainda, descritas da seguinte maneira:

Misturaram-se nas prisões as duas categorias de condenados, e foi dado tratamento preferencial ao direito comum, enquanto os jornalistas ou políticos detidos tinham direito, a maior parte do tempo, de serem postos separados. Em resumo, toda uma tática de confusão que tinha como finalidade um estado de conflito permanente (Ibidem).

---

<sup>1</sup> Ver: “Um novo cartógrafo” (Deleuze, 2005: 33-53). Para ler mais sobre o tema, consultar: Vieira, 2007.

<sup>2</sup> Sobre a temática da moralização dos trabalhadores, ver: Chevalier, 1984; Thompson, 1998; Corbin, 1987; e Rago, 2014.

Nesse estado de conflito permanente, uma das táticas mais importantes para impor aos delinquentes contornos bem determinados era a do noticiário policial. Este havia ganhado grande espaço dentro da imprensa. A notícia policial tornava aceitáveis os controles judiciários e policiais que vigiavam a sociedade, contando cotidianamente uma espécie de batalha interna contra o inimigo desconhecido. Já os romances de crime tiveram papel inverso, pois mostravam que o delinquente pertencia a um mundo diverso, sem relação com a existência cotidiana e familiar.

Essas táticas de produção da delinquência como um meio fechado tiveram efeitos. É o que mostram as campanhas dos jornais populares contra o trabalho penal, as críticas ao “conforto das prisões”, a noção de reservar aos detentos os trabalhos mais pesados, mais duros e mais perigosos, os protestos contra a filantropia dedicada aos delinquentes, contra a literatura que exalta o crime e, ainda, a desconfiança do movimento operário em relação aos antigos condenados do direito comum. Essa tática, entretanto, não conseguiu produzir uma ruptura total entre os delinquentes e as camadas populares. Há toda uma batalha em torno dessas discussões:

Hostilidade aos delinquentes sem dúvida; mas batalha em torno da penalidade. Os jornais populares propõem muitas vezes uma análise política da criminalidade que se opõe termo por termo à descrição familiar dos filantropos (pobreza-dissipação-preguiça-bebedeira-vício-roubo-crime). O ponto de origem da delinquência é por eles determinado não no indivíduo criminoso (este é apenas a ocasião ou a primeira vítima) mas na sociedade (Ibidem: 238).

Uma criminalidade que é também sempre ressaltada pelos jornais populares é a das classes altas, sempre vista como um exemplo escandaloso e como um princípio de revolta para os pobres. Em *La Ruche Populaire*, de novembro de 1842, essa discussão é colocada como segue:

Enquanto a miséria cobre de cadáveres vossas ruas, de ladrões e assassinos vossas prisões, que vemos da parte dos escroques da

fina sociedade?... os exemplos mais corruptores, o mais revoltante cinismo, o banditismo mais desavergonhado... Não receais que o pobre que é citado ao banco dos criminosos por ter arrancado um pedaço de pão pelas grades de uma padaria se indigne o bastante, algum dia, para demolir pedra por pedra a Bolsa, um antro selvagem onde se roubam impunemente os tesouros do Estado, a fortuna das famílias (Ibidem: 239).

Nessa leitura, a delinquência própria à riqueza é tolerada pelas leis, pois, quando cai em seus domínios, ela está segura pela indulgência dos tribunais e pela discrição da imprensa. Por isso, tinha-se a ideia de que os processos criminais eram uma ocasião para um debate político, principalmente para denunciar o funcionamento geral da justiça penal. Em *La Fraternité*, de 1841, é publicada a seguinte passagem:

O recinto dos tribunais não é mais apenas, como antigamente, um local de exibição das misérias e pragas de nossa época, uma espécie de marca onde vêm se exibir lado a lado as tristes vítimas de nossa desordem social; é uma arena onde ressoa o grito dos combatentes (Ibidem).

É nesse mesmo sentido que se estabelece a tática do “contranoticiário policial”. Seu principal destaque era a delinquência da burguesia, mostrando que ela é a classe da “degenerescência física” e da “podridão moral”. Para os jornais populares, como o *Pauvre Jacques*, tratava-se de transformar o uso que se dava aos crimes ou aos processos nos jornais burgueses, como a *Gazette des Tribunaux*, que se alimentavam de sangue e de prisão (Ibidem). Esse noticiário substitui os relatos de crimes cometidos por gente do povo pela descrição da miséria em que caem os que são explorados e, além disso, mostra, nos processos criminais contra os operários, a responsabilidade que deve ser atribuída aos empregadores e à sociedade inteira. A tática do contranoticiário transforma todo um discurso monótono sobre o crime, que procura ao mesmo tempo isolá-lo como uma monstruosidade e fazê-lo cair em todo o seu escândalo sobre a classe mais pobre.



Dentro dessa polêmica antipenal, porém, Foucault destaca os “partidários de Fourier” recorrendo ao jornal *La Phalange* (Considerant, 1836-1849), diferenciando-o dos outros periódicos operários do período. Lembro que o projeto de construção arquitetural de Charles Fourier, o falanstério, foi pensado como um dispositivo experimental para demonstrar, pela prática, a validade de sua teoria do mundo social (Mercklé, s/d), defendida, em 1830, no livro *Le nouveau monde industriel* (Fourier, 1870). Dentro do falanstério, segundo Pierre Mercklé, a noção de atração possui um significado duplo. De um lado, ela designa o mecanismo fundamental das interações sociais. De outro, ela aponta também um modo de realização da teoria: para impor-se, a doutrina deve seduzir e, desse maneira, ela mesma seria “atraente”.

O grande objetivo da proposta de Fourier, então, é atrair, “elevando a atração industrial ao degrau suficiente para seduzir os homens, mulheres e crianças de todas as idades e de todas as fortunas” (Mercklé, s/d). É por isso que o falanstério é pensado e construído como um espetáculo, exatamente para que um grande número de curiosos tenha a possibilidade de visitá-lo e de contemplá-lo. Este é um modo de pensar a arquitetura muito diferente do defendido por Bentham, já que seu principal objetivo não é governar e vigiar as pessoas da maneira mais eficaz, mas facilitar as relações entre os indivíduos para permitir o desdobramento dos efeitos da atração e das paixões. O próprio Foucault realiza essa dupla referência – a Bentham e a Fourier: “Só se reconhece nele [no panoptismo] uma pequena utopia estranha, o sonho de uma maldade – um pouco como se Bentham tivesse sido o Fourier de uma sociedade policial, cujo Falanstério houvesse tido a forma do Panóptico” (Foucault, 2005a: 185).

Um dos principais discípulos de Fourier foi Victor Considerant, que fundou o jornal *La Phalange*, em 1836, com o seguinte subtítulo: *journal de la science sociale: politique, industrie, sciences, art et litterature*

(Considerant, 1836-1849). Os temas do jornal abordavam a economia através de uma crítica social que abrangia a defesa da abolição da escravatura, a imprensa, os partidos políticos, a reforma social, a revolução, o trabalho, a lei, a justiça, a agricultura e a indústria. Havia também um grande espaço reservado para tratar das teorias da ciência social propagada por Fourier, como também o modo de aplicá-las, uma seção dedicada às correspondências e outra destinada à discussão da arte: pintura, teatro, música e literatura.

Segundo Foucault, os fourieristas do *La Phalange*, que publicaram vários números do jornal entre 1836 e 1849<sup>3</sup>, foram mais longe que os demais grupos do “contranoticiário policial”. E em que sentido? Primeiramente, porque foram os primeiros a elaborar uma teoria política que é uma valorização positiva do crime, tomando-o como um efeito da “civilização”, mas também como uma arma contra ela. Para eles, não se podia falar em natureza criminosa, dado que ela depende da classe a que pertencem os indivíduos, indicando os que serão conduzidos ao poder ou à prisão. O seguinte trecho de *Vigiar e Punir* descreve o significado dos crimes para o grupo:

No fundo, a existência do crime manifesta felizmente uma “incompressibilidade da natureza humana; deve-se ver nele, mais que uma fraqueza ou uma doença, uma energia que se ergue, um ‘brilhante’ protesto da individualidade humana” que sem dúvida lhe dá aos olhos de todos seu estranho poder de fascínio (Foucault, 2005a: 240).

É, assim, que *La Phalange* se reunia à estética contemporânea do crime, mas para um combate diferente. Essa diferença está exatamente no modo desse grupo fourierista entender os embates em torno da

---

<sup>3</sup> A periodicidade do jornal variou ao longo de todo o período de sua publicação, até o seu fechamento, em 1849. Primeiramente, era publicado três vezes ao mês (de 1836 a abril de 1837), depois passou a ser mensal (de maio a dezembro de 1837), bimestral (de 1838 a agosto de 1840), três vezes por semana (de setembro de 1840 a 1843) e, novamente, mensal (de 1845 a 1849).

criminalidade, principalmente a partir dos jogos de forças entre ilegalismos e delinquência.

A posição de *La Phalange* dentro da utilização desse noticiário policial é, então, um exemplo dessa diferença, pois seus objetivos não eram simplesmente fazer voltar contra o adversário a acusação de imoralidade, mas, como diz Foucault, “fazer aparecer o jogo de forças que se opõem reciprocamente” (Ibidem). Ele continua:

*La Phalange* analisa os casos penais como uma defrontação codificada pela “civilização”, os grandes crimes não como monstruosidades mas como a volta fatal e a revolta do que é reprimido, as pequenas ilegalidades não como as margens necessárias da sociedade mas como o fulcro da batalha que aí de desenrola (Ibidem).

Essa posição do grupo é entendida por Foucault a partir do tratamento que o jornal (*Considerant*, 1840: 301-303) reservou a uma personagem inusitada: uma criança de treze anos. O tribunal condenou-a a dois anos de detenção em uma casa de correção. Para ele, essa figura infantil teria passado despercebida a seus contemporâneos, se não tivesse oposto ao discurso da lei que a tornava delinquente, a fala de uma ilegalidade que permanecia rebelde a essas coerções:

Todas as ilegalidades que o tribunal codifica como infrações, o acusado reformulou como afirmação de uma força viva: a ausência de habitat em vadiagem, a ausência de patrão em autonomia, a ausência de trabalho em liberdade, a ausência de horário em plenitude dos dias e das noites (Foucault, 2005a: 240-241).

A cena do julgamento da criança é apresentada ao leitor, tendo como base documental as referências construídas pelo jornal *La Phalange*:

O presidente – Cada um deve-se dormir em sua própria casa. / Béasse – E eu tenho uma casa? – O senhor vive em perpétua vagabundagem. – Eu trabalho para ganhar a vida. - Qual é a sua profissão? – Minha profissão? Em primeiro lugar, tenho trinta e

seis; mas não trabalho para ninguém. Já faz algum tempo, estou por minha conta. Tenho minhas ocupações de dia e de noite. Assim, por exemplo, de dia, distribuo impressos grátis a todos os passantes; corro atrás das diligências que chegam para carregar os pacotes; dou o meu show na avenida de Neuilly; de noite, são os espetáculos; vou abrir as portas, vendo senhas de saída; sou muito ocupado. – Seria melhor para o senhor estar colocado numa boa casa e lá fazer o seu aprendizado. – Ah, é sim, uma boa casa, um aprendizado, é chato. Mas esses burgueses resmungam sempre e eu fico sem a minha liberdade. – Seu pai não o chama? – Não tenho mais pai. – E sua mãe? – Também não, nem parentes, nem amigos, livre e independente (Foucault, 1975: 340-341; em português, Foucault, 2005a: 241).

Os fourieristas não deixaram de prestar atenção a esse caso, fazendo uma análise muito lenta e cuidadosa de um fato cotidiano, e dedicaram-lhe uma seção inteira do jornal para essa discussão, intitulada “*Retour en sauvagerie*” (Considerant, 1840: 302-303). Foucault acompanha passo a passo a cena e a análise do *La Phalange*. Para o presidente que interroga a criança, era necessário ter uma localização, uma inserção obrigatória, segundo o grupo:

Dorme-se em casa, diz o presidente, porque na verdade, para ele, tudo tem que ter um domicílio, uma moradia esplêndida ou mísera, pouco importa; não é a ele que cabe provê-la; ele é encarregado de forçar a isso todos os indivíduos (Foucault, 2005a: 241).

Os socialistas criticam a pergunta sobre a profissão da criança, afirmando ser:

(...) a expressão mais simples da ordem que se estabelece na sociedade, a qual repugna e perturba a vagabundagem; é preciso ter uma profissão estável, contínua, de largo fôlego, ideias que vejam o futuro, ideias de construção do futuro, para premunir a sociedade de qualquer ataque (Ibidem).

Há a obrigação, também, de ter um patrão, e estar preso e situado

dentro de uma hierarquia: “Para quem o senhor trabalha? Quer dizer, já que o senhor não é patrão, tem que ser servidor, de alguma forma; o que importa não é a satisfação do indivíduo, mas a ordem a ser mantida” (Ibidem: 242), mostram os falangistas. Segundo Foucault, o que se opõe nesse interrogatório é a disciplina, como um aspecto da lei, e a ilegalidade, como um direito, e a ruptura, então, dá-se mais pela indisciplina do que pela infração. A fala da criança, a incorreção gramatical e o tom de suas respostas mostram uma indisciplina da própria linguagem, e indicam, para o *La Phalange*, “uma cisão violenta entre o acusado e a sociedade que por meio do presidente se dirige a ele em termos corretos” (Ibidem). Essa indisciplina traduz uma liberdade que é nata e imediata para o grupo:

Ele sente muito bem que o aprendiz, o operário, é escravo e que a escravidão é triste... Ele sente que não a gozaria mais na ordem comum essa liberdade de movimento de que é possuído... ele prefere a liberdade, mesmo sendo desordem, que importa? E a liberdade, ou seja, o desenvolvimento mais espontâneo de sua individualidade, desenvolvimento selvagem e conseqüentemente brutal e limitado, mas desenvolvimento natural e instintivo (Ibidem).

Indisciplina que persiste nas relações familiares, pois a criança “não pôde também suportar a escravidão da educação em casa dos pais ou de estranhos” (Ibidem). É através dessas pequenas indisciplinas que os partidários de Fourier acusam a “civilização” inteira, enquanto desponta a “selvageria”: “É trabalho, preguiça, despreocupação, devassidão: é tudo, menos ordem; excetuando-se as ocupações e devassidões, é a vida do selvagem, no dia-a-dia e sem amanhã” (Ibidem). Para Foucault, eles perceberam, nesse julgamento, um jogo de forças fundamentais: de um lado, a força da “civilização”, e, de outro, os indivíduos lutando com todas as suas forças.

Sugiro que o interesse de Foucault pelos fourieristas ocorreu devido

à forma específica de luta política que o grupo apresentava. Diante de todos os jornais citados que integravam o “contranoticiário policial” do século XIX, a análise de *La Phalange* ganha destaque porque entende o problema da criminalidade através dos jogos de força. Tanto em relação ao relato e ao comentário do julgamento da criança, quanto à publicação de uma descrição feita por um correspondente anônimo, ressalta uma leitura dos mecanismos da sociedade: o da luta. Está presente, portanto, o princípio de que “a política é a guerra continuada por outros meios”, tão fundamental ao método genealógico nietzschiano e foucaultiano.

Nesse sentido, ter em uma descrição anônima e na fala de uma criança exemplos das lutas pontuais que detonam os princípios da sociedade disciplinar pode criar muitos estranhamentos. Mas o próprio Foucault aponta, no texto “A vida dos homens infames” (2006a), o seu interesse por esses tipos de personagens, o que pode nos auxiliar a compreender a peculiaridade de sua escolha, principalmente em relação à criança. É conhecida a sua atração pelas figuras que não foram dotadas de nenhuma grandeza estabelecida ou reconhecida, pertencentes àquelas milhões de existências destinadas a não deixar quaisquer rastros (Ibidem: 96). Essas existências, entretanto, conseguiram chegar até nós por algo que vem do exterior. Um feixe de luz ilumina essas vidas:

Aquilo que as arranca à noite em que elas poderiam, e talvez devessem sempre, ter ficado, é o encontro com o poder: sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidio trajeto (Ibidem: 97).

Muitos poderiam interrogá-lo (Ibidem: 98) sobre a sua incapacidade de transpor os limites do poder, de passar para o outro lado, escutar e fazer ouvir a linguagem que vem de baixo. Ele sempre incidiria na mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou faz dizer. E perguntariam: em vez disso, porque não ir escutar essas personagens onde elas falam por si próprias? Foucault responde a essas provocações

a seguir, destacando o problema da defrontação com o poder e a sua importância para o acesso que tivemos a essas “vidas infames”:

– Mas, antes de mais, daquilo que elas foram na sua violência ou na sua infelicidade singular, será que nos ficaria o que quer que fosse, se, a dado momento, não tivessem cruzado o poder e provocado as suas forças? Afinal, não será um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de o destino tomar aqui a forma da relação com o poder, da luta contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra a energia, encontrava-se efetivamente onde elas se confrontam com o poder, se batem com ele, tentam utilizar-lhe as forças ou escapar-lhe às armadilhas. Nas palavras breves e estridentes que vão e que vêm entre o poder e as existências mais inessenciais, é sem dúvida aí que estas últimas encontram o único momento que alguma vez lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessarem o tempo, o pouco de fulgor, o breve clarão que as traz até nós (Ibidem: 98-99).

E, finalmente, poderíamos perguntar: a tática política de *La Phalange* em relação ao aparelho penal e às suas coerções, retomada posteriormente pelos anarquistas, sofreu uma nova retomada com Foucault e suas lutas políticas características da década de 1970?

Para responder a essa questão, é fundamental prestarmos atenção à militância política exercida por ele naquele período, quando fundou o GIP, antes mesmo de escrever *Vigiar e Punir*. Como aparece nos *Ditos & Escritos*, esse estudo foi atrasado exatamente para que os detentos não pudessem supor que ele só tinha um interesse especulativo em sua ação militante (Foucault, 2006e). No manifesto do grupo, que também foi assinado por J.-M Domenach e P. Vidal-Naquet, é muito marcante a ideia de que ninguém poderia ter a certeza de escapar à prisão, pois o enquadramento policial ocorria no próprio dia-a-dia. Em inúmeras frentes: nas ruas, nas estradas, em torno dos estrangeiros, dos jovens, nas medidas antidrogas, sempre estaríamos “sob o signo de ‘vigiar de perto’” (Ibidem). O manifesto, ainda, inverte a forma de tratar os problemas que as prisões e a justiça enfrentavam:

Dizem-nos que a justiça está sobrecarregada. Nós bem o vemos. Mas, e se foi a polícia que a sobrecarregou? Dizem-nos que as prisões estão superpovoadas. Mas, e se foi a população que foi superaprisionada? (Ibidem).

Por que eles formaram o grupo? As prisões são uma das regiões mais escondidas do sistema social, e poucas informações são publicadas sobre elas. Então, juntamente com magistrados, advogados, jornalistas, médicos e psicólogos, eles criaram o GIP. Sua proposta era clara: os participantes queriam saber o que é a prisão, ou seja, quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que acontece nesse ambiente, o que é a vida dos prisioneiros e, também, do pessoal da vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funciona o regulamento interno, o controle médico, os ateliês, como se sai dela e, além disso, saber o que é, dentro da nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu (Ibidem).

Essas informações sobre os detentos não estavam nos relatórios oficiais. Desse modo, era com aqueles que já tinham uma experiência da prisão, ou uma relação com elas, que eles deveriam conversar. Por isso, o grupo solicitava que essas pessoas entrassem em contato com eles: os detentos, ex-detentos, a família dos prisioneiros etc. A insurreição proposta pela genealogia dos “saberes sujeitados”, então, ganha grande destaque. Esse movimento de “escutar a voz” daqueles que, por algum motivo, estavam ligados às prisões, tem uma direção particular:

Trata-se de dar a palavra àqueles que têm uma experiência da prisão. Não porque eles precisem que os ajudemos a “tomar consciência”: a consciência da opressão está ali, perfeitamente clara, sabendo muito bem quem é o inimigo. Mas o sistema atual lhe recusa os meios de se formular, de se organizar (Foucault, 2006b: 4).

O intuito era quebrar o isolamento no qual se encontram os detentos: tanto em relação à sociedade, quanto entre eles. Eles queriam que os



prisioneiros falassem entre si, como também que as prisões e as celas se comunicassem entre elas. Assim como era de extrema relevância que eles se dirigissem à população, e que esta falasse com eles.

Podemos ver, aqui, a retomada das táticas guerreiras dos partidários de Fourier em desestabilizar a produção da delinquência, que criava uma categoria fechada para dominar os criminosos, e depois produzia uma rivalidade entre eles, os operários e o restante da população. Posteriormente, os anarquistas minarão a gestão das ilegalidades populares pela delinquência. Como Foucault bem aponta, no século XIX, era muito comum que as revoltas sociais ocorressem dentro das prisões, e que os detentos se solidarizassem com os movimentos revolucionários que se davam fora delas, como também o movimento contrário, que os revolucionários fossem em direção à prisão para libertar os detentos. Mas, já no século XX, com toda a tática de produção da delinquência, deu-se a ruptura entre o proletariado, organizado política e sindicalmente, e o chamado lumpemproletariado. Nesse contexto, os movimentos políticos não foram mais associados aos conflitos dentro das prisões (Foucault, 2006c: 62). Para o GIP, portanto, tratava-se de desestabilizar esse corte, bem ao modo dos fourieristas e dos anarquistas.

O interesse, ainda, em um movimento político que extrapole as temáticas da exploração econômica para explicar a dominação, também é percebido. Tanto os fourieristas e os anarquistas, quanto o grupo de Foucault, têm a concepção de que a prisão possui uma importância fundamental para os mecanismos de controle da modernidade. A prisão, nesse sentido, deve ser considerada uma questão política das mais urgentes possíveis, não porque ela está em sua decadência moral, mas porque revela as formas de dominação disciplinares, as mesmas que perpassam toda a sociedade.

Ainda sobre esse interesse de Foucault pela prisão, ele afirma que, por muito tempo, os estudiosos pretenderam entender a nossa sociedade

pela maneira que ela constitui a sua identidade e pelas coisas às quais ela concede valor. Mas pouco foi estudado sobre o que nossa civilização rejeita:

Pareceu-me interessante tentar compreender nossa sociedade e nossa civilização através de seus sistemas de exclusão, de rejeição, de recusa, através daquilo que elas não querem, seus limites, a obrigação em que se encontram de suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos, o que elas devem deixar soçobrar no esquecimento, seu sistema de repressão-supressão (Foucault, 2006d: 14-15).

Nesse procedimento genealógico, que possibilita a insurreição dos discursos que não foram celebrados e foram deixados no esquecimento, ressaltam os propósitos de um pensamento que não se vê desconectado da ação política. Obviamente, não se trata de qualquer política, ou qualquer relação entre o trabalho intelectual e a prática política. O seguinte trecho demonstra com muita propriedade os objetivos de Foucault, tanto com o GIP, quanto com *Vigiar e Punir*, dado que ambos servem para apresentar uma crítica de nosso tempo, abrindo possibilidades para abalar as nossas certezas, muito semelhante ao jornal *La Phalange* e aos anarquistas:

Nossa inquirição não foi feita para acumular conhecimentos, mas para aumentar nossa intolerância e fazer dela uma intolerância ativa. Tornemo-nos intolerantes a propósito das prisões, da justiça, do sistema hospitalar, da prática psiquiátrica, do serviço militar etc. (Foucault, 2006b: 4).

## Referências bibliográficas

CHEVALIER, Louis (1984). *Classes laborieuses et classes dangereuses: à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle*. Paris: Hachette.

CONSIDERANT, Victor (org.) (1836-1849). *La Phalange: journal de la science sociale: politique, industrie, sciences, art et littérature*. Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb328389482/date>. (consultado em: 10/01/2016).

\_\_\_\_\_. (15 août 1840). *La Phalange: journal de la science sociale: politique, industrie, sciences, art et littérature*. Paris, pp. 301-303. Disponível em : <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb328389482/date>. (consultado em: 02/02/2008).

CORBIN, Alain (1987). *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos*

- XVII e XIX. Tradução de Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.
- DELEUZE, Gilles (2005). “Um novo cartógrafo”. In: *Foucault*. Tradução de Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, pp. 33-53.
- FOUCAULT, Michel (1986). *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_ (2005a). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (30ª ed.). Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2005b). “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: *Microfísica do Poder*. (21ª ed.). Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 15-37.
- \_\_\_\_\_ (2006a). “A vida dos homens infames”. In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 203-222.
- \_\_\_\_\_ (2006b) “Sobre as prisões”. In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 4-5.
- \_\_\_\_\_ (2006c). “Prisões e revolta nas prisões”. In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 61-68.
- \_\_\_\_\_ (2006d). “Conversação com Michel Foucault”. In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 13-25.
- \_\_\_\_\_ (2006e) “Manifesto do GIP”. In: *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 1-3.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Em Defesa da Sociedade curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (1975). *Surveiller et punir; Naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOURIER, Charles (1870). *Le nouveau monde industriel et societaire*. (4a ed.). Paris: Librairie des Sciences Sociales.
- MERCKLÉ, Pierre (s/d). “La ‘science sociale’ de Charles Fourier”. In: *Revue d’histoire des sciences humaines*. 2006/2, n° 15, p. 69-88. Disponível em: [http://socio.ens-lyon.fr/merckle/merckle\\_textes\\_2006\\_rhsh.pdf](http://socio.ens-lyon.fr/merckle/merckle_textes_2006_rhsh.pdf) (consultado em: 10/01/2016).
- \_\_\_\_\_ “De la ‘Police des Découvertes’ de Fourier au ‘Ministère de l’Expérience’ de Considerant: l’utopie sociétaire aux sources de l’ingénierie sociale et de l’expertise?”. In: *Australian Journal of French Studies*, 2006, v. XLIII, n° 3. Disponível em: [http://socio.ens-lyon.fr/merckle/merckle\\_textes\\_2006\\_ajfs.pdf](http://socio.ens-lyon.fr/merckle/merckle_textes_2006_ajfs.pdf) (consultado em: 10/01/2016).
- \_\_\_\_\_ *Le socialisme, l’utopie ou la science? La ‘science sociale’ de Charles Fourier et les expérimentations sociales de l’École sociétaire au XIXe siècle*. Tese de sociologia sobre a direção de M. Yves Grafmeyer, defendida na Universidade de Lyon, em 2001.
- RAGO, Margareth (2014). *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar, Brasil: 1890-1930*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, E.P (1998). “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”. In: *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 267-304.
- VIEIRA, Priscila Piazzentini (2007). “A história como guerra: Michel Foucault e Vigiar e Punir”. In: *Anais Eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH*. São Paulo. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/?p=16179> (consultado em: 10/01/2016).